

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL

18 OUTUBRO 2015



1. O Bloco de Esquerda foi o partido que, desde antes das eleições, identificou a necessidade de um diálogo político com vista à interrupção do ciclo de empobrecimento do país e à recuperação dos rendimentos do trabalho e das pensões. Os desafios e as condições colocadas pelo Bloco, nomeadamente por Catarina Martins a António Costa, marcaram o debate pré-eleitoral.

2. Por vontade do povo, o Bloco é hoje uma força indispensável para uma solução que termine com o ciclo da direita no governo, o que abriu caminho às atuais negociações. Hoje como ontem, evidencia-se o vazio de conceitos como “voto útil” ou “arco da governação”. Na hora de encontrar soluções para acabar com a austeridade, o contributo do Bloco foi o que surgiu mais cedo e mais claro.

3. Nestas negociações, o Bloco de Esquerda está unido no objetivo de proporcionar uma mudança política de fundo, partindo do afastamento da direita do governo e da afirmação de uma maioria que se comprometa com a proteção do emprego, dos salários e das pensões. É um processo em curso, em que se registam avanços e dificuldades em aberto, mas que exige decisões clarificadoras.

4. À permanente invocação, no debate público, da necessidade de um “compromisso de estabilidade”, o Bloco responde com a clareza do seu mandato: na viabilização de um programa de governo, como na votação de cada orçamento do Estado, o Bloco é sempre uma garantia contra qualquer ataque aos salários, às pensões atuais e futuras, ao emprego. Defendemos a estabilidade da vida das pessoas e da recuperação dos rendimentos do trabalho e dos serviços públicos atacados nos últimos anos. Não será pelo Bloco que faltará uma maioria para cumprir esses objetivos.

5. Nestas eleições, o PCP assinalou um resultado positivo, reforçando num mandato o seu grupo parlamentar e declarou a sua disponibilidade para a

viabilização de um governo alternativo à minoria PSD/CDS, que é fundamental para a concretização desta possibilidade. Registamos essa disponibilidade e, no quadro do diálogo que os dois partidos têm estabelecido, o Bloco de Esquerda reuniu já com o PCP para analisar o processo negocial que ambos mantêm com o Partido Socialista.

6. O Bloco de Esquerda é agora confrontado com as escolhas essenciais acerca das eleições presidenciais que terão lugar em janeiro de 2016. O Bloco decidiu na sua Convenção Nacional que “estará disponível para apoiar uma candidatura independente que se coloque sem ambiguidade no campo antiausteridade, pela desvinculação do Tratado Orçamental e pelo cumprimento da Constituição. O Bloco não exclui a possibilidade de apresentar uma candidatura própria”.

7. A três meses das eleições presidenciais registamos que não se afirmou nenhuma candidatura à esquerda suficientemente mobilizadora e abrangente para fazer frente à direita nestas eleições. É tempo por isso de o Bloco de Esquerda promover uma candidatura própria.

8. Depois de uma década de presidência de Cavaco Silva, que se afirmou como presidente de fação e em contradição permanente com a Constituição, a direita apresenta-se como a grande favorita nestas eleições. Marcelo Rebelo de Sousa, com a vantagem de notoriedade que um hegemónico espaço televisivo lhe tem proporcionado, ambiciona uma vitória à primeira volta.

9. Cabe à esquerda a responsabilidade de densificar a campanha das presidenciais, impondo o debate em torno dos temas essenciais na escolha do Presidente da República, mobilizando o eleitorado e desmascarando o conservadorismo do candidato da direita. Marcelo Rebelo de Sousa representa o PSD e os grandes grupos económicos, bem como o conservadorismo que se opôs a conquistas essen-

ciais de direitos humanos como a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

10. O Bloco de Esquerda responde a esta responsabilidade com uma candidatura centrada em três temas fundamentais: as questões da soberania face aos tratados e acordos comerciais internacionais não referendados e aos poderes sem legitimidade que atentam contra a democracia e a decisão nacional; o combate ao conservadorismo e a defesa dos direitos humanos, da igualdade e da liberdade; a mobilização popular para a participação política e decisões democráticas.

11. Marisa Matias é o nome indicado para protagonizar esta candidatura. A sua experiência política e reconhecimento nacional e internacional, o grande conhecimento dos temas europeus, a sua entrega às causas de direitos humanos, dão as garantias de uma campanha de grande competência e capacidade de mobilização. Esta candidatura contribui para a máxima mobilização eleitoral à esquerda na primeira volta, para derrotar as ambições da direita. E é um contributo fundamental para a participação popular no debate das grandes questões do presente ciclo político.

ASSIM, A MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA DECIDE:

- a apresentação de uma moção de rejeição do programa de governo da coligação PSD/CDS, no caso de Passos Coelho ser indigitado pelo Presidente da República;
- a inviabilização de qualquer moção de rejeição que a direita apresente contra um programa de governo do Partido Socialista;
- o prosseguimento das negociações com o Partido Socialista com vista à consagração, no programa de governo, de princípios de política orçamental coerentes com a proteção do emprego, salários e pensões e à viabilização de um governo com apoio parlamentar à esquerda.
- o prosseguimento do diálogo com o PCP sobre o processo de negociações com o Partido Socialista e os desafios colocados à esquerda anti-austeridade no próximo período.
- a realização de sessões públicas de apresentação da candidatura de Marisa Matias à Presidência da República.
- Promover iniciativas abertas e públicas de debate e proposta, em contacto com a população local, atores sociais e organizações de ativistas, que permitam, de forma não-hierárquica, não só o mapeamento de iniciativas de organização popular, experiências de solidariedade direta e organizações de movimento social, como também de impulsionamento de discussão sobre estratégia política para a esquerda e a criação de redes de intervenção coordenada.

*Resolução aprovada por unanimidade
na Mesa Nacional do Bloco - 18/10/2015*